

STJ00097542

TARSIS BARRETO OLIVEIRA

PENA E RACIONALIDADE

2ª Edição

Editora Lumen Juris
Rio de Janeiro
2013

Copyright © 2013 by Tarsis Barreto Oliveira

Produção Editorial
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pela originalidade desta obra
nem pelas opiniões nela manifestadas por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo,
inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais.
A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e
§§, e Lei nº 6.895, de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

Dados internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)

O482p

Oliveira, Tarsis Barreto
Pena e racionalidade / Tarsis Barreto Oliveira. – 2. ed. –
Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2013.
202 p. ; 23 cm.

Bibliografia: p. 165-176.

ISBN 978-85-375-2494-7

1. Direito penal. 2. Pena (Direito). 3. Racionalismo.
4. Comunicação – Filosofia. 5. Habermas, Jürgen, 1929-
I. Título.

CDD- 345

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	I
PREFÁCIO	III
1. INTRODUÇÃO	1
2. INSTRUMENTAL EPISTEMOLÓGICO DO PENSAMENTO DE HABERMAS	7
2.1 Linguagem e comunicação na vida social	8
2.1.1 A linguagem e a compreensão do mundo: a posição ortodoxa	8
2.1.2 Teoria dos atos de fala: a posição pragmática	16
2.1.3 Linguagem e vida social: a posição construtivista	20
2.2 Tipologia das ações em Habermas	27
2.2.1 Ação teleológica	29
2.2.2 Ação normativa	30
2.2.3 Ação dramatúrgica	31
2.2.4 Ação comunicativa	32
2.2.5 Ação estratégica (teleológico-estratégica)	37
2.2.6 Os atos de fala à luz da tipologia da ação de Habermas	40
2.3 Teoria da ação comunicativa	44
2.3.1. Características fundamentais da ação comunicativa	45
2.3.1.1 A situação de fala ideal	45
2.3.1.2 O consenso verdadeiro	46
2.3.1.3 Os interesses universalizáveis	48
2.3.2 A racionalidade comunicativa	49
2.4 A natureza comunicacional do direito e as categorias habermasianas	59
3. A PENA NA TRADIÇÃO JURÍDICA	83
3.1 A pena como sanção ético-moral-religiosa	85
3.2 A construção instrumental dos fins da pena	93
3.2.1 Teorias absolutas da pena	95
3.2.2 Teorias relativas da pena	102
3.2.2.1 Prevenção geral	103
3.2.2.2 Prevenção especial	110
3.2.3 Teorias mistas da pena	118

4. A RACIONALIDADE DA PENA	123
4.1 A pena à luz da racionalidade comunicativa	129
4.2 O sentimento de justiça da pena	148
5. CONCLUSÃO	159
REFERÊNCIAS	165